



ATA Nº2

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DE BORBA

REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2013

----- Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas 21h, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Período para Intervenção do Público.-----

PONTO DOIS: Período da Ordem do Dia.-----

PONTO DOIS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da ata nº.27 da Sessão Ordinária de 9 de setembro de 2013.-----

PONTO DOIS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da ata nº. 1 da Sessão Ordinária de 19 de outubro de 2013.-----

PONTO DOIS PONTO TRÊS: Proposta de Fixação de Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2014.-----

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Proposta de Lançamento de Derrama para o ano de 2014.-----

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem.--



PONTO TRÊS PONTO SEIS: Proposta de Fixação de Participação Variável do IRS para o ano de 2014.-----

PONTO TRÊS PONTO SETE: Proposta de 2ª Revisão Orçamental (2ª revisão ao Orçamento da Despesa).-----

PONTO TRÊS PONTO OITO: Eleição de representantes (efetivo e suplente) dos Presidentes das Juntas de Freguesia, como um dos Delegados do Município aos Congressos da ANMP- Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação.-----

PONTO TRÊS PONTO DEZ: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital.-----

PONTO TRÊS PONTO ONZE: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal.-----

PONTO TRÊS PONTO DOZE: Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central).-----

PONTO TRÊS PONTO TREZE: Eleição de um Presidente de Freguesia para constituir a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.-----

-----Tendo presente o nº 1 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro lavra-se a presente ata: -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão e solicitou a realização da chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros: Luís Manuel dos Santos Bimbo; Ricardo Jorge Brinquete Lapão; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Célia Maria Matos Alpalhão; Pedro Manuel Alpalhão Bilro, Leonel António Valentim Infante; António Júlio Florindo Prates; Ângelo João Guarda Verdades de Sá; Francisco José



Ramalho Mendes; Joaquim Manuel Ganito Trincheiras; Augusto Manuel Bilro Guégués; Paulo Jorge Ramos Ferreira; João Miguel Cordeiro Geadas Letras; João Pedro Velez Paulo; Pedro Manuel Lopes Grego; Crispim Francisco Avó Lopes; Paulo Jorge Panasco Aires; Quintino Manuel Primo Cordeiro; João António Ameixa Morgado.-----

Seguidamente desejou boa noite a todos os presentes, e disse, que aquela tinha sido a melhor forma encontrada para a disposição da sala. -----

De seguida fez uma pequena correção aos documentos; referindo que onde estava escrito *Sessão Ordinária*”, deveria constar *“Sessão Extraordinária”*. -----

Seguidamente tomaram posse os membros da CDU – Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO UM: Período para Intervenção do Público.-----

PONTO DOIS: Período da Ordem do Dia.-----

PONTO DOIS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da ata n.º27 da Sessão Ordinária de 9 de setembro de 2013.-----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à discussão.-----
Não havendo inscrições, colocou a ata à votação, tendo a mesma sido aprovada com **três votos a favor** (eleitos do PS – Partido Socialista) **e dezasseis abstenções** (eleitos MUB - Movimento Unidos por Borba, PSD – Partido Social Democrata e CDU – Coligação Democrática Unitária). -----

PONTO DOIS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da ata n.º. 1 da Sessão Extraordinária de 19 de outubro de 2013.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à discussão. -----
Não havendo inscrições, colocou a ata à votação tendo, a mesma, sido aprovada por maioria com **dezassete votos a favor** (eleitos do MUB, PS, PSD) **e duas abstenções** (eleitos CDU).-----



PONTO DOIS PONTO TRÊS: Proposta de Fixação de Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2014.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** interveio dizendo aos presentes, que ao se manifestarem deveriam sempre respeitar a vontade democrática, reiterando saber o que estava a dizer, pois tinha ocupado durante doze anos o lugar de deputado da Assembleia Municipal e sabia, muito bem, o que estava a dizer. Recordou aos presentes que estavam ali para defender os interesses da população de Borba, de quem os elegeram, razão pela qual, nesse ponto, não deveria haver discórdia. -----

Expressou o seu agrado pelo número de público presente, e mencionou que talvez fosse um sinal de como as pessoas estavam empenhadas em dar o seu contributo, para o bem de Borba, da sua terra, do seu concelho. -----

Continuou, dizendo que “entendia que talvez a democracia fosse o pior dos males”, ..., “que nós democraticamente, de tempos a tempos, podemos mudar aqueles em que não acreditamos, ou aqueles que nos enganaram”. Salientou que, “o importante em democracia, era acreditar que poderiam fazer por os outros, aquilo que eles necessitavam, sem os enganar, e ao mesmo tempo, fazê-los participar na vida da população”. Realçou que, “aquele movimento que tinha ganho a Câmara de Borba, tinha aquela qualidade e humildade...”-----

-----**O deputado Augusto Guégués** (interrompendo) ... disse que aquela intervenção do senhor presidente era descabida, não se enquadrando, em nada, naquele ponto da ordem de trabalhos. Disse ao senhor presidente da Câmara que a campanha já tinha terminado ..., que aquela intervenção, do senhor presidente, estava fora do contexto ..., que estavam ali, para discutir assuntos concretos ..., sendo um desses assuntos a Proposta de Fixação de Taxas. -----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** pediu que não entrassem em diálogo.-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** (continuando) ... explicou a todos os presentes que a razão pela qual se tinham de praticar aqueles valores de taxas tinha o nome de PAEL -



Plano de Apoio à Económica Local. Recordou, que no anterior mandato, ele próprio, enquanto deputado municipal, tinha votado favoravelmente para que a Câmara Municipal de Borba aderisse ao PAEL. Explicou, que apesar de se sentir constrangido entendeu, na altura, que seria a melhor forma de resolver os problemas financeiros e estruturais com que a Câmara Municipal de Borba se deparava. -----

Acrescentou que, entre outras imposições, o PAEL determinava a cobrança de taxas máximas, e salientou, não estar ali, para inventar desculpas, mas sim, assumir realidades. --

Dirigindo-se ao senhor deputado Augusto Guégués disse que não estava ali para ser popular, mas para defender os interesses dos munícipes do concelho de Borba.-----

Informou ter concluído através do atendimento ao público por si realizado nas últimas semanas, que a principal preocupação da população do concelho de Borba estava presentemente relacionada com o emprego.-----

Recordou que durante a campanha eleitoral o MUB havia prometido que os impostos seriam reduzidos, para que os munícipes pudessem viver melhor e houvesse mais investimento no concelho de Borba. -----

----- **O deputado Augusto Guégués** interrompeu, por várias vezes, a explanação do **presidente da Câmara**, tendo por esse facto o **presidente da Assembleia Municipal** pedido que não fosse utilizado o diálogo direto. -----

No seguimento o **presidente da Câmara** afirmou, ser o executivo forçado a propor a aplicação da taxa máxima do IMI, em consequência do anteriormente explicado (adesão ao PAEL). Todavia, frisou que o actual executivo estaria atento, à evolução do PAEL, nomeadamente em relação a uma possível renegociação que permita reduzir a tarifa das taxas de imposto anteriormente propostas. -----

-----**O deputado Augusto Guégués** disse que queria aproveitar para fazer algumas sugestões em relação ao funcionamento da Assembleia. Assim, disse que na sua opinião existiam microfones a mais, que as intervenções dos deputados municipais deveriam ser efetuadas a olhar diretamente para as pessoas presentes, nomeadamente para a mesa da



assembleia e para o público. Que as intervenções deveriam ser feitas a partir do púlpito. Tendo, por último, realçado que aquela era uma proposta para a mesa da Assembleia Municipal. -----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** respondeu não ter conhecimento de em anteriores assembleias se ter utilizado o púlpito para esse efeito. Mas, que a proposta iria ser registada.-----

-----**O deputado Augusto Guégués** interveio e reafirmou que aquela era apenas uma sugestão, e continuou, reafirmando que futuramente ao intervir não gostaria de estar de costas, para os senhores deputados, para a mesa e para o público. -----

Seguidamente dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara disse “daquelas pessoas todas que entrevistou, quantos postos de trabalho conseguiu arranjar?”-----

Continuando, disse que o programa eleitoral do MUB propunha baixar impostos, o que não tinha acontecido, pois o que estava em cima da mesa era a aplicação das taxas máximas. Seguidamente referiu, outra questão central do programa eleitoral do MUB era a criação de emprego, daí o perguntar ao senhor presidente, quantos postos de trabalho conseguiu arranjar/criar para as cento e vinte pessoas que atendeu.-----

Dirigindo-se ao senhor presidente da Assembleia disse-lhe que a preocupação actual era a de angariar receita e não baixá-la, ao invés do prometido no programa eleitoral.-----

Salientou que o executivo deveria ter realizado um esforço, junto do PAEL, para verificar se seria possível reduzir a tarifa das taxas hoje em discussão. No seguimento reiterou que o presidente estava em incoerência com o seu próprio programa.-----

Disse que o senhor presidente da Assembleia pretendia tratar os pontos todos de uma só vez, não individualmente, para não entrar em contradição relativamente a alguns. -----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse se não seria melhor responder diretamente a cada um dos deputados, pois perdia-se um pouco o aspeto incisivo da resposta. -----

-----**O deputado João Pedro Paulo** desejou boa noite a todos os presentes, e disse que a



CDU sempre tinha defendido, mesmo antes do PAEL, que aquele imposto do IMI deveria ser aliviado para permitir às famílias terem mais rendimento disponível, o que neste momento que atravessamos ainda é mais premente que aconteça.....

Continuou dizendo que no seu entender não tinha sido nesta assembleia, que aquele ponto (proposta) deveria ter sido discutido, mas, no entanto, aquela assembleia devê-lo-ia fazer, de uma forma clara, e de renegociação do PAEL, que permitisse baixar quer o IMI, quer a Derrama, quer a Participação variável do IRS. Acrescentou, que na linha do que vinha sendo defendido pela CDU, iriam votar contra aquele ponto, embora tivessem conhecimento que o atual executivo não teve tempo de fazer uma proposta com a finalidade de renegociar o PAEL.

-----**O deputado Joaquim Trincheiras** desejou boa noite a todos os presentes, e informou que a questão do relógio estava relacionada com o que se tinha passado no dia de tomada de posse da Assembleia Municipal, aquando da eleição dos secretários da mesa da Assembleia. Pois, o senhor presidente tinha chamado os secretários para a integrarem a mesa da Assembleia, sem antes fazer a sua eleição. Acrescentou, ainda, que após lhe terem sido transmitidas algumas “dicas”, sobre aquela situação, o senhor presidente da Assembleia terá respondido “ que tinha o relógio muito á frente”, tendo o senhor presidente da Assembleia sido, segundo o deputado Joaquim Trincheiras, amplamente aplaudido pelos presentes. A seguir, salientou que aquela situação lhe tinha ficado “guardada” na memória, e acrescentou, que seria conveniente, que todos tivessem o relógio no mesmo horário.....

Seguidamente referiu algumas notas proferidas pelo senhor presidente da Câmara; “ *são realidades que temos que assumir; somos obrigados às taxas máximas*”. Tendo na sequência perguntado ao senhor presidente da Câmara se, antes do dia vinte e nove de Setembro, não tinha conhecimento daquela situação? Acrescentou que, segundo a sua opinião pessoal, o senhor presidente devia desconhecer aquela situação, pois durante toda a campanha eleitoral tinha sido difundido, por toda a população, que o MUB iria baixar as taxas,



nomeadamente o IMI. Mas, que nesse momento, o PAEL, já tinha sido assinado! Então, só o desconhecimento explicava o assumir (voto a favor) das taxas máximas pelo senhor presidente da Câmara! Como devidamente registado.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** referiu que tinha registado com agrado, toda a lição que o senhor presidente da Câmara lhe tinha querido transmitir. Acrescentou, que todos os presentes sabiam alguma coisa sobre democracia, os vários anos de experiência, tinham servido para tal facto. -----

De seguida referiu que estavam numa Assembleia Municipal, que a Câmara tinha o seu órgão próprio para discutir os seus assuntos. Ali, quem deveria dirigir os trabalhos, era o senhor presidente da Assembleia, devendo o senhor presidente da Câmara só intervir quando fosse solicitado.-----

Continuou, dizendo, que relativamente ao assunto proferido pelo senhor presidente da Câmara, mais concretamente, sobre o número de atendimentos feitos, também ele ao longo dos anos, enquanto presidente, tinha recebido muitos daqueles munícipes. Disse ao presidente da Câmara, que com a cobrança da taxa máxima do IMI, duvidava que conseguisse arranjar emprego para algumas das pessoas que o tinham solicitado e, ao mesmo tempo, concretizar o que o MUB tinha prometido na sua campanha eleitoral. -----

Disse discordar do que o senhor deputado João Pedro tinha dito, em relação às taxas, nomeadamente quando aludiu ao facto do tempo ser pouco, pois, havia sempre a possibilidade de se tentar junto da DGAL, dos organismos oficiais, baixar aquelas taxas para benefício da população. De seguida, disse que gostaria de ouvir, qual tinha sido a posição do senhor vereador Jerónimo Cavaco em reunião de Câmara sobre aquele assunto. -----

-----**O deputado João Letras** desejou boa noite a todos os presentes, e manifestou a sua satisfação relativamente ao número de público presente. -----

De seguida disse que o importante a realçar, ali, era a conjuntura que tinha levado àquela situação (PAEL). Tendo seguidamente explicado, terem sido doze anos consecutivos de políticas erradas.-----



A seguir salientou que em democracia deveriam ser respeitados todos os órgãos de soberania, como por exemplo, o senhor Presidente da República.-----

Fundamentando que sempre gostou de fazer um enquadramento geral das situações, para depois as esmiuçar, referiu que “desde 2011 que vivemos sobre assistência internacional. Portugal, através do governo socialista, tal como esta Câmara Municipal, há tempos atrás, teve de recorrer à ajuda externa, para continuar a ter capacidade financeira e económica, de honrar os seus compromissos. O Governo entrou em funções, com um duro e intenso caderno de encargos, tal como o atual executivo, negociado e assinado por outros. Exatamente da mesma forma...”-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** (interrompendo) ... disse “ peço desculpa, mas apresento um protesto, este assunto, em nada tem que ver com o assunto, que está na ordem de trabalhos e, que está em discussão”. -----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** (interrompendo) ... disse “ o senhor deputado Sá é presidente? Em que qualidade é que está a falar? Aqui, eu tenho de ter a prioridade em falar! Se o senhor tivesse respeito por os outros oradores, aguardava calmamente a sua vez, não comece a levantar problemas, onde eles não existem. O senhor usou da palavra sem ninguém o interromper”. -----

Seguidamente informou que o público não se podia manifestar, teria de haver ordem na sala. -----

-----**O deputado Augusto Guegues** (interrompendo) ... disse “o senhor, é o presidente da Câmara ou da Assembleia? Penso que o regimento que aqui está é outro regimento”. -----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** (continuando) ... “ Eu não percebo essa sua indireta, o senhor, provavelmente, como o deputado Sá, têm muito que apreender. O senhor terá de aguardar a sua vez para falar, o senhor está a querer boicotar isto?! O senhor se quiser intervir terá de se inscrever e aguardar a sua vez”. -----

-----**O deputado João Letras** (continuando) ... disse que a taxa de IMI estava diretamente condicionada pelo PAEL, daí a sua introdução inicial. -----



A seguir realçou que o PS era o principal responsável pela situação em que se encontrava a Câmara, que essa era a realidade. A verdade tinha de ser dita, "custasse o que custasse". --- De seguida explicou que o município tinha tido necessidade de recorrer á ajuda do governo, para estabilizar a situação económico-financeira da Câmara Municipal. E enfatizou o facto de que para o município funcionar regularmente, o PSD, como força responsável que era, não podia votar contra os compromissos já assumidos por outros. -----

-----**O deputado Augusto Guégués** referiu que estavam habituados àquele discurso, pois era o discurso do PSD. -----

Disse estar efetivamente provado, ter havido a possibilidade do executivo negociar a diminuição das taxas, conforme tinha sido anunciado no programa eleitoral do MUB, e acrescentou que " ... o MUB traiu, enganou, mentiu ...", a população do concelho de Borba. -----

Realçou que a situação em que se encontrava a Câmara Municipal de Borba, não era única, que essa situação, refletia a situação atual dos portugueses. Quanto ao endividamento, disse que o mesmo era fruto dos projetos realizados e equipamentos implementados no concelho. Salientou, dos investimentos que transformaram o concelho de Borba.-----

Disse a função do senhor presidente da Assembleia era registar todos os contributos feitos em benefício da população do concelho de Borba; e que a situação da câmara Municipal de Borba tinha que ser tratada com algum rigor e não com demagogia! -----

Por fim reafirmou que " era possível haver uma redução na taxa dos impostos". -----

-----**O deputado João Pedro Paulo** disse que em consequência da adesão ao PAEL, o município de Borba estava condicionado nos próximos vinte anos. Afirmou que o PAEL nunca foi uma ajuda para o município de Borba e solicitou ao senhor vereador Joaquim Serra que explicasse os contornos do PAEL. Disse ser importante saber-se como tinha acontecido o desenvolvimento que o concelho de Borba sofreu nos últimos anos. -----

Continuando disse que, se não houvesse inconveniente, gostaria que o senhor vereador Serra informasse se em relação à redução das taxas teria sido possível durante o mandato



do PS fazer-se alguma renegociação, ou, até mesmo, se o PS tinha deixado o processo encaminhado, de modo a que o novo executivo tivesse a possibilidade de fazer essa renegociação com a DGAL. -----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse “senhor presidente da Assembleia quando há protestos, os direitos de resposta, têm que ser dados, e que ser aceites democraticamente”. Seguidamente disse que o protesto, que tinha apresentado, que se prendia com o facto de se estarem a “desviar” do estipulado no ponto da ordem de trabalhos em discussão. Reafirmou que quem mandava ali era o presidente da Assembleia Municipal, o qual, não podia deixar que as intervenções se afastassem do estabelecido nos pontos da ordem de trabalhos. -----

-----**O deputado Pedro Bilro** desejou boa noite, a todos os presentes. Disse que provavelmente tinham, ali, a caricatura do que seria a oposição do PS, durante todo o mandato. Salientou que o MUB não iria lavar roupa suja na casa da democracia de Borba. Que o MUB estava, ali, para discutir o futuro do concelho de Borba. -----
Continuando realçou que o MUB não tinha prometido “um mar de rosas”, mas que as pessoas, sim, tinham optado pela mudança. -----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** pediu aos senhores deputados para não entrarem em diálogo. -----

-----**O deputado Paulo Ferreira** saudou os senhores deputados da CDU, que não estiveram presentes na assembleia de instalação. -----

A seguir, informou que o PSD ao longo do mandato iria tentar respeitar as outras forças políticas, independentemente das suas ideologias, nomeadamente não interrompendo as suas intervenções. -----

Lembrou ao senhor deputado João Pedro, que a CDU também tinha sido poder durante muito tempo em Borba, logo, não se poderiam alijar das suas responsabilidades, assim, como ele, não se escondia dos erros que naturalmente o PSD já tivesse cometido. No seguimento, saudou a posição do senhor vereador Serra, a qual, tinha sido sempre, contra



o PAEL. -----

Por fim referiu que o PSD iria apresentar declaração de voto.-----

-----**O deputado Augusto Guégués** realçou que, o que tinha estado a fazer, era a constatar factos. Disse que a sua preocupação se depreendia em demonstrar a existência de uma enorme discrepância entre as propostas que tinham sido feitas no programa eleitoral do MUB, e o que agora, essa força política apresentava á Assembleia.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** salientou que ninguém estava ali para boicotar, fosse o que fosse, mas que também, não poderiam existir ali, certo tipo de provocações.-----

-----**O deputado Joaquim Trincheiras** questionou o deputado Pedro Bilro, relativamente a qualquer provocação efetuada por algum deputado do PS. -----

-----**O presidente da Câmara Municipal** afirmou que estava ali, para discutir os interesses do concelho de Borba. Que o ponto que estava em discussão era um ponto muito delicado. Salientou, existir todo o interesse em negociar, com os órgãos competentes, a questão do PAEL, relativamente à redução das taxas aplicadas. Reiterando que o executivo estava ali, para defender os interesses de todos os munícipes do concelho de Borba. -----

-----**O vereador Jerónimo Cavaco** desejou boa noite a todos os presentes, e agradeceu a oportunidade, que lhe tinha sido dada, para poder explanar a posição que tinha tomado em reunião de câmara relativamente ao PAEL. -----

Iniciou a intervenção referindo três pontos essenciais, para que as discussões pudessem decorrer de forma equilibrada, calma, tranquila e serena. -----

Disse que " a renegociação do PAEL, no mandato do PS, seria provavelmente difícil, porque o PAEL, teve o visto do tribunal de contas no dia três de maio, com cinco meses de implementação seria difícil haver qualquer tipo de renegociação."-----

Dirigindo-se ao senhor deputado Paulo Ferreira disse "assumo as minhas responsabilidades, estou aqui para as assumir, acho é, que aquilo que era verdade, neste momento, pode não ser exatamente assim". -----

A seguir referiu que "nem tudo na vida, tem que ser reduzido à economicidade da coisa! O



nosso grande problema, é que, corremos o risco de viver numa ditadura económica, em que reduzimos tudo ao dinheiro. Há problemas pessoais, sociais, e há, a vontade das pessoas, e essa prevalece sobre a economicidade, daquilo a que reduzimos a nossa vida nos últimos anos". Continuou afirmando "o dinheiro é importante, mas não vale tudo!" ----- Disse não ter votado na reunião de câmara a favor das taxas que estavam a ser discutidas, por "entendo, neste momento, que independente do tempo, que este executivo tem, daí a minha abstenção, senão, teria votado contra, os serviços da Câmara não paralisaram, exatamente no dia das eleições autárquicas, provavelmente esta Câmara não teve tempo suficiente para procurar soluções alternativas. O que prometeu está prometido. Não conseguiu cumprir. O julgamento será feito!"-----

A seguir salientou que existia um contrato assinado com o PAEL, o qual impunha o cumprimento de determinadas "obrigações" à Câmara Municipal de Borba, nomeadamente a aplicação das taxas máximas em termos de impostos (IMI, Derrama, IRS). -----

Disse ao senhor presidente da Assembleia Municipal, que de acordo com a lei do PAEL, a Assembleia tinha de trimestralmente monitorizar a execução do programa de apoio financeiro, independentemente das tranches em dinheiro, previamente acordadas, terem, ou não, sido recebidas.-----

Acrescentou que poderiam existir caminhos alternativos. Disse que " A Câmara Municipal de Borba tem serviços autónomos, que trabalham independentemente dos eleitos, e, que estão aqui para servir os munícipes. Não estão aqui para trabalhar ao sabor daquilo que os eleitos lhes dizem para fazer. Perante esta situação, alguém deveria ter falado com a DGAL, para saber, em relação às taxas de execução, qual a receita e despesa, e perguntar, se seria possível reduzir as taxas, perante o nosso município". Tendo, por fim, realçado que permanecerá sempre a dúvida. -----

-----**O presidente da Câmara Municipal** disse que confiava nos serviços da Câmara. Os quais, o tinham informado que antes do balanço total da receita do IMI, de acordo com as informações disponíveis, não seria possível fazer qualquer renegociação a nível de PAEL.



Salientou que, como a última receita do IMI só daria entrada em finais de novembro, antes dessa data, não seria possível efectuar a mencionada negociação. Referiu, ainda, que os serviços da Câmara, no final do ano, o iriam informar, bem como a todos os vereadores, sobre a possibilidade de existir uma renegociação com a DGAL, que visasse a redução das taxas (impostos) a aplicar no município. -----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** agradeceu o bom senso do senhor vereador Jerónimo Cavaco. -----

-----**O vereador Joaquim Serra** desejou boa noite a todos os presentes, e realçou a importância da participação do público nas Assembleias Municipais. -----

A seguir referiu, que tinha achado estranho, e tinha comentado em reunião de Câmara, o não agendamento das taxas dos impostos para a Assembleia de setembro, como era habitual. Salientou que se as mesmas tivessem ido à Assembleia de setembro, teriam sido aprovadas pacificamente, com as mesmas taxas que estavam agora em cima da mesa, porque o PAEL era o mesmo, e consequentemente as suas implicações. -----

Na sua opinião era importante aprofundar as questões do concelho de Borba, conhecer as causas que tinham levado o concelho de Borba àquela situação. Afirmou que uma das causas tinha sido a imposição, ao município de Borba, do PAEL. No seu entender " O PAEL veio tirar aos municípios a sua autonomia política, e tirou-lhe toda a capacidade de decisão". Realçou que a competência da política fiscal do município tinha sido alienada com aquele programa. Que durante vinte anos o município de Borba estaria muito limitado. Explicou que "durante cinco anos é obrigatório que os orçamentos do município tenham de ser submetidos ao poder central, antes de ser submetidos à Assembleia para aprovação". No seguimento informou que, caso houvesse uma monitorização correta, poderiam fazer propostas de reajustamento do PAEL, em função do que acontecia no município.-----

Afirmou que era impossível, naquele momento, ter sido feita uma renegociação do PAEL. --- De seguida disse que, se o PS não tinha renegociado a partir do dia três de maio, não seria o atual executivo, com um mês de trabalho, que o poderia fazer, e que ele nem tinha dados



de monitorização. Salientou que aqueles dados já tinham sido solicitados, e que, em consequência do PAEL, existia a obrigatoriedade de serem prestados de três em três meses. -----

Reiterou, que a causa daquela situação tinha sido o excesso de endividamento do município, o qual, o tinha lançado para um programa de ajustamento financeiro, com as implicações acima descritas, porque não tinham querido ouvir a oposição, no seu devido tempo. Disse “O município deveria ter reconhecido, em devido tempo, os seus défices estruturais e poderia ter recorrido a outros programas, mantendo sempre a sua autonomia política”. -----

A seguir referiu que alguns municípios com dificuldades financeiras, idênticas ao município de Borba, tinham baixado as taxas aos seus munícipes. Realçou, que tal atitude estava relacionada com a sensibilidade e a realidade das populações.-----

Reafirmou que tinha votado contra o PAEL, e que votaria sempre contra a aplicação de taxas máximas naqueles impostos (IMI, Derrama, IRS). -----

-----**O vereador Benjamim Espiguinha** desejou boa noite a todos os presentes, e desejou um bom trabalho, em prol do concelho de Borba, a toda a Assembleia.-----

Afirmou que, na sua opinião, as Assembleias não deviam ser extensões das reuniões de câmara. -----

Disse que o PAEL não tinha sido uma imposição do Governo, pelo facto de nem todas as Câmaras, que estavam em situação económico-financeira similar á do município de Borba, terem aderido àquele programa. -----

Disse ao senhor deputado Guégués para não se preocupar em estar de costas para o público, pois o importante era o que se dizia e fazia pelo público. Acrescentou que, o senhor deputado Guégués, ao longo dos vários que ocupou aquele lugar nunca demonstrou desagrado.-----

Realçou que sempre defendeu a não aplicação das taxas máximas, e que sempre tinha votado contra a aplicação da taxa máxima do IMI. Disse “Nesta Assembleia alguém terá de



justificar a incongruência e incoerência, mas não sou eu, porque o PSD sempre votou contra a aplicação das taxas máximas. Votei a favor do PAEL, porque a Câmara de Borba não tinha outra forma de poder pagar aos fornecedores”. De seguida recomendou aos senhores deputados do PS, a leitura da lei do PAEL. Acrescentou, “se não forem aplicadas as taxas máximas de IMI, a Câmara de Borba terá de pagar o empréstimo já!” Realçou ser importante “perceber as consequências daquilo que defendemos e daquilo que votamos”. Informou, que “os senhores deputados do PS sempre votaram, durante quatro anos, a favor das taxas máximas de IMI, e agora, o senhor vereador do PS absteve-se relativamente a este assunto, para surpresa das surpresas.”-----

Afirmou que para ele uma questão fundamental era a sua consciência, logo, por muito que lhe custasse, como tinha votado a favor do PAEL, iria votar favoravelmente aquelas taxas, pois essa era a atitude correta a adotar. -----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** referiu que a discussão já ia longa, e que, pelo que se tinha apercebido, aquele assunto era pacífico há três meses atrás. Tendo na sequência questionado: qual a razão para se ter reativado agora? -----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse “o que tinha perguntado: é se tinha havido algum esforço deste executivo, junto dos órgãos competentes, aproveitando o facto de ter havido mudança política na Câmara, ter feito alguma diligência, no sentido de renegociar o PAEL, independentemente daquilo que está legislado”.-----

Salientou que “Não há aqui nenhuma surpresa do voto do PS. O que está aqui em causa são inverdades. O MUB disse que ia baixar as taxas, mentiu à população! O que está aqui em causa é isso!”. -----

Realçou que o voto do PS, não tinha nada que ver com o valor das taxas, mas sim, com as medidas tomadas pelo atual executivo da Câmara Municipal. -----

Afirmou que “O senhor Presidente da Câmara mentiu, e sabia que mentia!” Explicou que o senhor Presidente da Câmara tinha votado e participado em reuniões onde as imposições do PAEL sido ditas.-----



Disse que “por uma questão de princípios, o MUB, só tem uma coisa a fazer, que é, fazer um comunicado à população a dizer: “Nós assumimos a mentira”.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** recordou, que estavam a discutir pontos importantes para a população, a aplicação das taxas. -----

-----**O presidente da Câmara Municipal** disse “Estou contente por ver uma bancada á qual pertenci, como independente, durante doze anos, onde falavam duas ou três pessoas, e que felizmente, agora todos falam”. -----

Referiu que a população do concelho de Borba tinha votado nitidamente no MUB, e que aquele movimento iria provar a todas aquelas pessoas que merecia o voto de confiança por elas depositado. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria **com doze votos a favor** (dez votos dos eleitos do MUB, dois dos eleitos do PSD), **cinco abstenções** (eleitos do PS) e **dois votos contra** (eleitos da CDU). -----

Foram apresentadas três declarações de voto. Uma pelos eleitos do PSD (que se arquiva em pasta anexa como **documento nº 1**) e que se passa a transcrever. -----

Declaração de Voto -----

Imposto Municipal sobre Imóveis para dois mil e catorze. -----

“Entendemos votar favoravelmente a aplicação das Taxas Máximas de IMI para o ano 2014 unicamente pelo facto de tal resultar do compromisso assumido pelo município de Borba aquando da candidatura ao PAEL, fruto de uma gestão irresponsável dos partidos que têm governado a Câmara de Borba. -----

De resto, no Programa Eleitoral que apresentámos aos Borbenses, não constava qualquer promessa eleitoral de redução dos impostos cobrados diretamente pelo Município, uma vez que, se assim acontecesse, estaríamos a enganar deliberadamente os eleitores, porque todas as forças políticas eram conhecedoras deste compromisso assumido, no Programa de Ajustamento Financeiro entregue à candidatura ao PAEL. -----



Sempre fomos favoráveis à aplicação das taxas mínimas de IMI no nosso concelho, sobretudo numa fase em que se tem procedido à atualização dos valores patrimoniais dos prédios. No entanto, uma vez assumido este compromisso, cremos que deve ser honrado, daí o nosso voto favorável". -----

Outra pelos eleitos da CDU (que se arquiva em pasta anexa como **documento nº 2**) e que será transcrita no ponto 2.6, porque a mesma também se aplica aos pontos 2.4; 2.6. E outra pelo MUB (que se arquiva em pasta anexa como **documento nº 7**). -----

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Proposta de Lançamento de Derrama para o ano de 2014 -----

-----O presidente da Câmara Municipal disse que naquele momento, ninguém poderia ficar contente com a aplicação daquelas taxas, mas o estabelecido no acordo tinha de ser cumprido, era a forma de salvaguardar o bom funcionamento da Câmara Municipal de Borba. Acrescentou estarem obrigados a aplicar aquelas taxas. Salientou não se estar a desculpar com o pouco espaço de tempo que decorreu entre a tomada de posse do atual executivo e a presente Assembleia. Reiterou que o executivo estava disponível para renegociar aquelas taxas com os organismos competentes, de forma, a que, no próximo ano, já se pudesse discutir, nesta Assembleia, outro valor de taxas. Realçou " Este é um problema muito sério! O qual irá interferir nos bolsos de todos os borbenses, mas nesta altura, temos de ser realistas! Nós devemos! Temos de pagar!" -----

Afirmou "**Ninguém quer para os outros, aquilo que não quer para a gente.**". ----- Terminou a sua intervenção, dizendo que o tipo de argumentos apresentados no ponto dois ponto dois; serviam para os pontos dois ponto três; dois ponto quatro; dois ponto cinco e dois ponto seis. -----

-----O presidente da Assembleia Municipal, com o intuito de abreviar o debate, propôs a discussão conjunta dos pontos dois ponto três; dois ponto quatro; dois ponto cinco e dois ponto seis, seguida de votação dos respetivos pontos.-----



-----**O deputado João Pedro** agradeceu as informações prestadas. Salientou que a CDU sempre votou contra a aplicação das taxas máximas. Tendo seguidamente realçado que a posição da CDU em relação aos restantes pontos seria idêntica à tomada em relação à taxa do IMI. -----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse que os pontos deveriam ser discutidos um por um. Referindo que ali, na casa da democracia, existiam quatro forças políticas. Reafirmou que o MUB, mais uma vez, tinha mentido à população, relativamente à taxa da derrama. Seguidamente disse, “se o senhor quisesse fazer cumprir o regimento, deveria mandar fazer silêncio” ... (existiam rumores no público). Acrescentou “O PS até podia votar favoravelmente este ponto, mas não o faz por causa da mentira”. -----

-----**O deputado Paulo Ferreira** disse que a Câmara Municipal de Reguengos se encontrava no Programa II do PAEL, enquanto a Câmara de Borba se encontrava no Programa I. -----

-----**O presidente da Câmara Municipal** disse que o PAEL era constituído por dois programas- programa I e programa II, explicando existirem diferenças substanciais, naqueles dois tipos de programas. De seguida pediu permissão ao senhor Presidente da Assembleia, para que o senhor chefe de divisão explicasse á Assembleia, quais eram as principais diferenças e obrigações legais. -----

-----**O chefe de divisão António Passinhas** desejou boa noite a todos os presentes. Tendo seguidamente informado que o PAEL servia para efetuar pagamentos em atraso a fornecedores. Explicou que o Estado considera pagamentos em atraso, aqueles sobre cuja data de vencimento da fatura já decorreram mais de noventa dias.-----

Seguidamente passou a explicar os programas do PAEL. Assim disse “O programa I é destinado aos municípios que à data em que apresentaram as candidaturas se encontravam em desequilíbrio financeiro e estrutural, e o programa II destinasse aos restantes municípios, que têm, pelo menos, pagamentos em atraso. O Programa I compreende um horizonte temporal de 20 anos, e o programa II, compreende um horizonte



temporal de 14 anos. No programa I as condições obrigatórias são semelhantes às do programa II, a diferença é que há mais flexibilização por parte da tutela, para que algumas metas possam ser reajustadas, nomeadamente a fixação de taxas máximas de impostos e a redução de despesa. Qualquer um dos programas tem condições obrigatórias, não só aquelas que estão estipuladas na lei, mas, também, aquelas que estão no contrato. O contrato celebrado, entre o Município e o Estado, determina que a não fixação do IMI às taxas máximas nos primeiros cinco anos, implica a imediata resolução do contrato, ou seja, que o município teria de ter em tesouraria 4.886.115, 91€ (quatro milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, cento e quinze euros, noventa e um cêntimos), e isto passasse também, a nível de participação de IRS e fixação de Derrama. Isto é aquilo que está estipulado no contrato. Obviamente que no futuro este contrato poderá a vir a ser reajustado, se a tutela assim o entender, nada na legislação aponta para a possibilidade de permitir ou não alterar o Contrato. -----

Eu fui o interlocutor do PAEL, ou seja, a Câmara confiou-me a responsabilidade de servir de interlocutor entre o Município e a Tutela. Quem tutela o PAEL é a Administração Geral da Administração Local (DGAL), Direção Geral do Orçamento, Inspeção Geral de Finanças, Associação Nacional de Municípios. Até á presente data nenhuma destas entidades se mostrou disponível para flexibilizar fosse aquilo que fosse, a qualquer município, até ao momento, em que esse município assume todas as tranches dos empréstimos. -----

O município de Borba só recebeu a terceira tranche do empréstimo no início de outubro. Só após recebida essa tranche, e só após pagas todas as dívidas, pagamentos em atraso, com todas as tranches do empréstimo, é que o Programa começa a ter eficácia, nomeadamente o Plano de Ajustamento Financeiro. Não é possível, assumir um plano quando ele não entra em vigor. O Plano de diminuição de pagamentos em atraso, só entra em vigor, a partir do momento que recebemos todas as tranches, pagamos todas as dívidas, e agora sim, vamos ver qual foi o início da eficácia do Plano. Esse Plano para ser eficaz tem de ter dados reportados a um final, dados fechados contabilisticamente, no final do ano económico. A



legislação aponta que trimestralmente deverão ser apresentados á Assembleia Municipal, o Plano e a forma como o Plano está a ser desenvolvido. Esses dados só podem ser apresentados após o encerramento das contas, e, é por isso, que a DGAL, que é a entidade da tutela que vai ter de fazer a aferição informa os municípios, que agora, que já receberam a terceira tranche, que já demonstraram que aplicaram o dinheiro recebido da terceira tranche, no pagamento das dividas constantes da lista anexa ao Contrato de Empréstimo. Quando chegar ao dia trinta e um de dezembro de dois mil e treze têm um mês para demonstrar, pela primeira vez, como é, se o Plano tem eficácia ou não. Têm de ser prestadas informações, não só a nível do dinheiro que o estado emprestou, mas também, das medidas que estavam previstas no Plano - PAF. A lei quando aponta para a verificação trimestral do PAF aponta para a Assembleia Municipal, e aponta para a DGAL. Não há, aqui, ninguém que valha mais ou valha menos. A lei aponta para os dois. Esses mapas só foram disponibilizados, no nosso caso agora, para serem preenchidos entre ao dia um de janeiro de dois mil e catorze e trinta e um de janeiro de dois mil e catorze. Eu, enquanto chefe da Divisão de Administração e Finanças, sempre tive por preocupação que esta Assembleia tenha toda a informação financeira do Município. Na qualidade de interlocutor do PAEL preocupei-me, desde o dia em que o município aderiu ao programa, em fazer cumprir a legislação, até porque essa é a minha obrigação.-----

A informação que o presidente da Câmara tem como obrigação de apresentar ao presidente da Assembleia Municipal, para ser presente a cada uma das sessões ordinárias, acerca da atividade económica e financeira do município, no que respeita á execução da receita, da despesa, às dívidas a fornecedores, empréstimos bancários, aos limites de endividamento e ao seu endividamento, essa informação começou a ter um novo capítulo, desde o dia em que o município aderiu ao PAEL. Passou, sempre, a constar dessa informação o ponto de situação do PAEL. Aí será explicado, detalhadamente, o que é que o município está a fazer. Toda esta informação teria constado da última assembleia ordinária, já o município estaria na iminência de vir a receber a terceira tranche". Afirmou que não podiam querer



monitorizar um Plano, que não podia ser monitorizado. -----

Disse “façam política como entenderem, eu sou técnico, não sou político, não podemos monitorizar aquilo que não tem como ser monitorizado”. Informou que após o encerramento de contas iria demonstrar, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, como está a trabalhar o Plano. Acrescentou que não era só aquela Assembleia que iria ver se o Plano está a ser bem delineado, corretamente implementado. Que seria o conjunto da tutela que teria essa função. E só depois de mostrar á tutela como o Plano estava a funcionar. Que não existiam desvios. Aí sim, tinha-se a possibilidade de renegociar o Plano. Demonstrando que se tinha conseguido reduzir mais a despesa do que o estava previsto, e face a isso, poder-se-ia solicitar a autorização de uma medida de otimização de receita, para uma menorização de despesa. Salientou que a sua responsabilidade também era defender os interesses do município, por que era um compromisso ali assumido. -----

Informou que, nos últimos anos, o município tinha diminuído a sua dívida, trabalhando-a num horizonte mais lato. Tendo realçado, ser esse o objetivo do PAEL. -----

-----**O deputado Paulo Ferreira** perguntou ao chefe de divisão, qual era a taxa de juro cobrada pelo PAEL ao Município de Borba? -----

O chefe de divisão António Passinhas explicou que de acordo com o seu conhecimento, o PAEL não teria encarecido em termos financeiros a Câmara, porque os juros praticados eram mais baixos, que os da banca. Perante aquela situação, poderia depreender, que se o município fosse pedir aquele empréstimo à banca os juros decerto seriam mais elevados. ---

-----**O presidente da Câmara Municipal** disse que os funcionários da Câmara Municipal, independentemente da cor política do executivo em funções na Câmara, trabalhavam em função dos interesses do Município. Acrescentou que um dos exemplos era explicação técnica transmitida pelo chefe de divisão. Realçou que os políticos passam pela Câmara, enquanto os funcionários permanecem. -----

-----**O vereador Jerónimo Cavaco** disse ao senhor chefe de divisão que apesar de referir que não era político, gostava de fazer política. -----



Realçou que a tutela só poderia flexibilizar as taxas se houvesse uma proposta.-----
Informou que quando o senhor presidente dizia que assumia a responsabilidade como executivo, não se devia esquecer que o executivo era composto por mais quatro pessoas. ----
Disse ao senhor chefe de divisão que existia folga em termos de juro no orçamento da Câmara relativamente á utilização do PAEL, em todo o ano de dois mil e treze, porque o PAEL só tinha recebido o visto do tribunal de contas no início de maio.-----
Informou ter recebido a informação financeira do Município nas reuniões de Assembleia mas, aquilo que era a execução orçamental, no âmbito do PAEL. Aquilo não lhe dizia nada!
Realçou suspeitar que a execução orçamental da receita em termos de PAEL estava ligeira, ou substancialmente superior, ao inicialmente previsto no contrato do PAEL, daí o seu sentido de voto na reunião de Câmara. -----
“Como o senhor chefe de divisão disse o Município de Borba reduziu drasticamente o seu limite de endividamento cumpriu o que eram as suas obrigações, para fugir a muitos cortes, logo decerto que também deverá existir uma redução de despesa”. Acrescentou ser com base nessa redução de despesa, que se deveria ir junto da DGAL, Inspeção Geral das Finanças e daquela Assembleia, tentar usar essa tal redução de despesa, ou o excesso de receita, para se conseguir reduzir as taxas que se estavam ali a discutir. Afirmou, existirem argumentos naquela Câmara, que poderiam ajudar a reduzir os valores das taxas apresentadas. -----
Questionou se teriam feito alguma diligência junto da DGAL, relativamente á flexibilização do PAEL. -----
-----**O vereador Joaquim Serra** disse que a monitorização poderia ser sempre feita, independentemente de se ter, ou não, pago aos fornecedores. Pois era apenas uma parte do PAEL. -----
Elucidou, com a assinatura do PAEL comprometeram-se a reduzir a despesa em “X” e a realizar receitas em “Y”. -----
Acrescentou que, segundo a sua opinião, deveria ter sido feita uma aferição desde o dia em que tinham sido entregues os mapas com as previsões, relativamente às receitas e



despesas do município. Poderiam ter aferido, aquilo que era a execução orçamental, conjuntamente com os mapas que tinham sido entregues e ao mesmo tempo poderiam aferir os desvios. Desvios, esses, que poderiam ser positivos ou negativos. Salientou ser importante ter-se conhecimento desses dados, para o caso de ser necessário uma intervenção ao longo do ano. -----

Disse que as dívidas, que tinham entrado, eram dívidas que estavam assumidas há mais de 90 dias, algumas até tinham mais que dois e três anos, e tinham sido pagas já depois de se ter pago muito dinheiro em juros. -----

Informou que a câmara tinha metido tudo o que era dívida, em factoring, em vez de tentar negociar com os fornecedores, atrasar os pagamentos, em vez de começar a pagar juros à banca. -----

Disse que “daqueles quatro milhões, a maioria, foi para livrar a dívida que tinha à banca e pagar os juros dessa mesma dívida, porque dívidas a fornecedores diretos tinha muito poucas”. -----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse que se congratulava com a explicação dada pelo senhor chefe de divisão, porque o que se tinha passado nos últimos anos, tinha sido um controlo rigorosíssimo da dívida. -----

Salientou “é importante que façam as auditorias, que tinham falado, pois ai, vão perceber o que está aqui a ser dito”. -----

Referiu que a Câmara de Borba tinha feito os factorings para poder pagar mais rapidamente aos fornecedores. Realçou que nunca existiram dívidas a novecentos dias, nem dívidas de vinte milhões de euros, como tinham dito. -----

Disse “O PAEL foi um excelente negócio para a Câmara, porque os juros são mais baixos do que os juros de mora”. -----

-----**O deputado Paulo Ferreira** disse que, “O factoring inicialmente foi criado para que fosse avançado dinheiro, que nós tínhamos a receber dos nossos clientes. Mais tarde, é que foi feita a possibilidade de também ser extensível às nossas dívidas, aos fornecedores”.



Disse que era importante perceber-se a definição de factoring. Explicou que a tradução do inglês para o português da palavra factoring, em termos contabilísticos “é dívida que o cliente tem para conosco”, e acrescentou “neste caso era o contrário, era dívida que nós tínhamos para com o fornecedor”.

-----**O vereador Joaquim Serra** perguntou ao chefe de divisão, quanto é que a Câmara iria pagar pelo empréstimo dos 4.500.000,00€ (quatro milhões e quinhentos mil euros) do PAEL? -----

-----**O chefe de divisão António Passinhas** disse ao senhor deputado Paulo Ferreira que a taxa de juro do PAEL para o primeiro e segundo desembolso era de 2.64% (dois ponto sessenta e quatro por cento). Explicou, que à parte da taxa de juro, o Estado cobra 0.15 (zero ponto quinze) para custos administrativos. No seguimento referiu que depois do Município ter pago as dívidas com o PAEL não havia qualquer motivo para haver um único valor em mora para registar no Banco de Portugal, porque o Município tinha todos os seus pagamentos em ordem. Os que não estavam pagos e não foram incluídos no PAEL tinham acordos de pagamento em atraso. Estavam acordados com novas datas. -----

Informou que, “Não houve nenhum acréscimo de dívida assumida, naquilo que foram os pagamentos acordados com o PAEL”. -----

Disse ao senhor vereador Jerónimo Cavaco que “ Não era possível flexibilizar, até agora”. -----

Disse ao senhor vereador Joaquim Serra “ O município quando aderiu ao PAEL, estipulou, assumiu, que no ano em que apresentava a candidatura, era o ano em que recebia as tranches do empréstimo, isso não aconteceu, isto no ano de dois mil e doze, e assumiu um orçamento de mais ou menos 7.500.000,00€ (sete milhões e quinhentos mil euros) para o ano de dois mil e treze. No entanto, o orçamento que o município tem para o ano de dois mil e treze é de 18.500.000,00€ (dezoito milhões e quinhentos mil euros)”. De seguida explicou a situação que tinha tido a ver com o atraso na apreciação da nossa candidatura por parte da comissão de análise do PAEL. Referiu que analisaram primeiro os municípios do Programa II. Que a candidatura do Município de Borba só tinha dado entrada no



Tribunal de Contas no ano de dois mil e treze.-----

Informou que o Tribunal de Contas tinha dado visto favorável a tudo o que o Município tinha solicitado, exceto à dívida de 468.000,00€ (quatrocentos e sessenta e oito mil euros) que o Município tinha para com a ADSE – Direção Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas, respeitantes ao período do ano de mil novecentos e oitenta e dois e do ano dois mil e seis. Explicou que a dívida do Município à ADSE não tinha sido aceite, porque aquela dívida não estava registada, não lhe tinha sido dada registada. Disse como o PAEL não tinha contemplado aquela dívida, tinham sido feitos acordos com a ADSE para a liquidação daquele compromisso. -----

Afirmou, “ Não era possível fazer qualquer ajustamento”. -----

Disse ao senhor deputado Ângelo de Sá, que todos os Municípios que estavam sujeitos ao Programa I do PAEL tinham auditorias, chamadas de Inspeções Ordinárias, por parte da Inspeção Geral de Finanças. Que era Inspeção Geral de Finanças, no âmbito dos quatro órgãos da tutela, que tinha a responsabilidade de vir aos Municípios fazer as inspeções. Explicou seguidamente que as inspeções, antes referidas, abrangem os três anos anteriores à apresentação da candidatura, pelo município, ao PAEL. -----

Informou, não ter ainda, o município de Borba recebido o relatório final da Inspeção. Acrescentou, que segundo o Inspetor-geral, “a fiabilidade do endividamento do município, dos compromissos assumidos e da dívida registada, era superior a 99,95% (noventa e nove ponto noventa e cinco por cento), o que significava que poderiam existir pequenos valores em dívida, e que não eram valores relacionados com a faturação, nem com compromissos assumidos, eram valores respeitantes ao endividamento do Município”. Deu como exemplo, “A tutela entende que a ANMV, também contribuiu para o nosso endividamento líquido”.-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** disse que, no dia da sua tomada de posse, quando tinha dito, que queria mandar fazer uma auditoria ao Município, era por respeito às pessoas que tinham saído, e para ter conhecimento de como se encontrava a situação financeira do Município. Salientou “era uma questão de clareza”. -----



-----**O deputado João Pedro Paulo** salientou que, na sua opinião, seria importante saber quanto a Câmara de Borba tinha pago por aquela forma de gerir o Município, com os factorings, e quanto é que iria pagar, no final dos vinte de anos do PAEL, isto é, qual seria o total de juros que a Câmara iria pagar em consequência daquela forma de gerir. -----

-----**O deputado Joaquim Trincheiras** disse “ponto dois ponto quatro – Proposta de Lançamento de Derrama para o ano de dois mil e catorze”.-----

-----**O deputado Paulo Ferreira** – lembrou o senhor presidente da Assembleia que tinham combinado tacitamente, discutir tudo no geral e fazer separadamente, ponto por ponto, as votações. -----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto dois ponto quatro à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com **doze votos a favor** (dez dos eleitos do MUB, dois dos eleitos do PSD), **dois votos contra** (eleitos da CDU) e **cinco abstenções** (eleitos do PS). -----

Foram entregues três declarações de voto. Uma pelos eleitos do PSD (**que se arquiva em pasta anexa como documento nº 3**), outra pelos eleitos da CDU (**que se arquiva em pasta anexa como documento nº 2**), e outra pelos eleitos do MUB (**que se arquiva em pasta anexa como documento nº 6**). -----

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que no seguimento do que tinha sido previamente combinado, colocava o documento do ponto dois ponto cinco a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com **doze votos a favor** (dez dos eleitos do MUB, dois dos eleitos do PSD), **dois votos contra** (eleitos da CDU) e **cinco abstenções** (eleitos do PS).-----

Foram entregues duas declarações de voto. Uma pelos eleitos da CDU (**que se arquiva em pasta anexa como documento nº 4**), e outra pelos eleitos do MUB (**que se arquiva em pasta anexa como documento nº 6**). -----

Os eleitos da CDU leram a sua declaração de voto. -----



Declaração de voto.-----

“Votamos contra a proposta de Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2014, porque entendemos que devem ser as empresas de comunicação a suportar esta taxa, e não a população do concelho, que com a atual situação de crise que vivemos, tem cada vez menos rendimento disponível”. -----

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Proposta de Fixação de Participação Variável do IRS para o ano de 2014-----

-----O presidente da Assembleia Municipal após a discussão do ponto dois ponto seis, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com **doze votos a favor** (dez dos eleitos do MUB, dois dos eleitos do PSD), **dois votos contra** (eleitos da CDU) e **cinco abstenções** (eleitos do PS).-----

Foram entregues três declarações de voto. Uma pelos eleitos da CDU (**que se arquiva em pasta anexa como documento nº 2**). Os eleitos da CDU leram a declaração de voto e informaram, que a mesma se destinava aos pontos dois ponto três, dois ponto quatro e dois ponto seis. -----

Declaração de voto. -----

“ Votamos contra as propostas de Fixação de Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis, de Lançamento de Derrama e Fixação de Participação Variável do IRS para o ano de 2014 apresentadas, porque entendemos que são lesivas para os interesses dos munícipes, no sentido em que, com a atual situação de crise que vivemos, as famílias têm cada vez menos rendimento disponível. Esta carga de impostos vem agravar ainda mais as condições de vida da população e das empresas do concelho em que, o que se exigia era um abrandamento dos sacrifícios. Julgamos que o PAEL, e a sua aprovação, foram determinantes para estar aqui esta proposta, a CDU votou contra, no entanto pensamos ser possível renegociar o plano de ajustamento financeiro que existe. Mas, isso tem de ser feito com muito trabalho e com muito profissionalismo, com uma proposta bem amadurecida e bem pensada, muito diferente do



que está traçado no atual plano. Uma renegociação que alivie as duríssimas condições que o acordo impõe ao município e à população de Borba. Por outro lado, alertamos para a necessária monitorização do plano, uma vez que a única informação que nos foi dada, foi que a Câmara recebeu as verbas acordadas e pagou aos fornecedores. O PAEL obriga à existência de relatórios trimestrais, sobre a sua evolução. Não sabemos se a execução orçamental da receita está a corresponder, ou não, àquilo que foi delineado".-----

Outra pelos eleitos do PSD (**que se arquiva em pasta anexa como documento nº5**), e outra pelos eleitos do MUB (**que se arquiva em pasta anexa como documento nº 6**). O senhor presidente da Assembleia leu a declaração de voto do MUB -----

Declaração de voto -----

“Votamos a favor dos pontos: -----

Proposta de Fixação de Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2014.-----

Proposta de Lançamento de Derrama par ao ano de 2014. -----

Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem. -----

Proposta de Fixação de Participação Variável do IRS para o ano de 2014. -----

Pelas razões abaixo expostas:-----

Tenho o dever cívico, como presidente desta Assembleia, de tecer alguns comentários que julgo plenamente apropriados a esta ocasião, não se tratando de qualquer crítica destrutiva, mais ou menos implícita, mas antes de um relato de factos.-----

Votámos como viram de forma extremamente contrafeita. -----

De facto, a história repete-se, desta vez sob a forma de drama, pagando o justo pelo pecador, neste caso lamentavelmente, como homens de bem, teremos que assumir a anterior dívida do município, através da captação de verbas às taxas máximas, muito para além do que era nosso desejo que seria reduzi-las ao mínimo possível. -----

É com bastante pesar, falo também em meu próprio nome, que somos forçados, por imposições externas e internas, a tomar uma atitude que vai contra os nossos princípios, mas, neste momento, extremamente necessária para evitar no futuro males maiores. -----



Temos plena consciência que os tempos que correm não são nada aconselháveis a pedir ainda mais sacrifícios. Contudo não temos outras alternativas. -----

Se as tivéssemos, podem ficar certos lutaríamos por elas. -----

Confio que da parte dos meus concidadãos haja compreensão e cooperação no sentido de ultrapassarmos mais esta dificuldade, que nos foi deixada como herança e que nos aflige particularmente.-----

-----**O deputado Paulo Ferreira** perguntou ao senhor presidente da Assembleia Municipal se a declaração de voto era pessoal ou do MUB? -----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** respondeu que era do MUB.-----

-----**O chefe de divisão António Passinhas** disse ao vereador Joaquim Serra que os juros tinham um encargo na ordem de um milhão e quatrocentos mil euros. -----

PONTO TRÊS PONTO SETE: Proposta de 2ª Revisão Orçamental (2ª revisão ao Orçamento da Despesa) -----

-----**O presidente da Câmara Municipal** disse que aquela revisão do orçamento estava relacionada com uma despesa que não estava prevista. Um subsídio de reintegração pedido pelo ex. vereador Humberto Ratado. Tendo, ainda, informado que aquele subsídio só era pago até ao ano de dois mil e cinco, como previsto na lei.-----

-----**O deputado Paulo Ferreira** perguntou se estavam a conseguir poupar aqueles 17.300,00€ (dezassete mil e trezentos euros) em juros, visto que, em termos orçamentais, a receita tem que sempre acertar com a despesa. -----

-----**O chefe de divisão António Passinhas** respondeu que sim, porque não tinha havido uma execução estimada dos juros como se previa. Disse “A revisão orçamental não se deve só ao subsídio de reintegração, mas porque, os serviços, e aí assumo a minha responsabilidade, não acautelaram essa rubrica no orçamento”. Informou, que o valor total correspondia a oito meses de vencimento, mas que o valor a pagar pelo município corresponderia a sete meses, pois iria ficar um mês de vencimento em saldo. Explicou que



quando os serviços tinham proposto aquela revisão orçamental, só tinham conhecimento da entrada do requerimento na Câmara, não sabiam efetivamente qual o valor a ser entregue.-----

Realçou que assumia na íntegra a sua responsabilidade por não ter inscrito aquela rubrica em orçamento. -----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

PONTO TRÊS PONTO OITO: Eleição de representantes (efetivo e suplente) dos Presidentes das juntas de Freguesia, como um dos Delegados do Município aos Congressos da ANMP- Associação Nacional de Municípios Portugueses-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse que iriam eleger primeiro o representante efetivo. -----

De seguida pediu que fossem distribuídos os boletins de voto. Após votação por escrutínio secreto, e feita a contagem de votos, foi eleito o senhor **Quintino Manuel Primo Cordeiro** (presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos), com **nove votos a favor, cinco votos** no senhor **João António Ameixa Morgado, quatro votos em branco e 1 voto nulo.**-----

Seguidamente utilizou-se o mesmo método e procedeu-se à eleição do representante suplente. Foi eleito o senhor **Paulo Jorge Panasco Aires** (presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu), com **dez votos a favor, cinco votos** no senhor **João António Ameixa Morgado e quatro votos em branco.**-----

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, para integrar o Conselho Municipal de Educação-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal:** pediu que fossem distribuídos os boletins de voto. Após votação por escrutínio secreto e feita a contagem de votos, foi eleito o Senhor **Crispim Francisco Avó Lopes** (Presidente da Junta de Freguesia da Matriz), com **dez votos a**



favor, cinco votos no senhor **João António Ameixa Morgado** (presidente da Junta de Freguesia da Orada) e **quatro votos em brancos**. -----

PONTO TRÊS PONTO DEZ: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, para integrar a Assembleia Distrital-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal:** pediu que fossem distribuídos os boletins de voto. Após votação por escrutínio secreto e feita a contagem de votos, foi eleito o Senhor **Paulo Jorge Panasco Aires** (Presidente da Junta de Freguesia de São Bartolomeu), com **dez votos a favor, cinco votos** no senhor **João António Ameixa Morgado** (presidente da Junta de Freguesia da Orada) e **quatro votos em brancos**. -----

PONTO TRÊS PONTO ONZE: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, para o Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** pediu que fossem distribuídos os boletins de voto. Após votação por escrutínio secreto e feita a contagem de votos, foi eleito o Senhor **João António Ameixa Morgado** (Presidente da Junta de Freguesia de Orada), com **dezassete votos a favor e dois votos em brancos**. -----

PONTO TRÊS PONTO DOZE: Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central) -----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** informou os senhores deputados, que os presidentes da Junta de Freguesia, não podiam votar, nem serem votados. -----
Informou que tinham sido entregues na mesa da Assembleia duas listas, as quais designaram por **Lista A** (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº7**), apresentada pelo PS e integrada por: **Ângelo João Guarda Verdades de Sá** e **Francisco José Ramalho Mendes**, como efetivos e **Augusto Manuel Bilro Guégués**, como suplente. **Lista B** (que se



arquiva em pasta anexa como **doc. nº8**), apresentada como lista conjunta, e integrada por: **Rui Miguel Tavares Nobre Franco (MUB) e Paulo Jorge Ramos Ferreira (PSD)**, como efetivos e **Leonel António Valentim Infante**, como suplente. -----

Disse que a votação será apurada através do método de Hondt tendo em conta as diferentes representações das forças partidárias na Assembleia Municipal.-----

Pedi que fossem distribuídos os boletins de voto. Após votação por escrutínio secreto e feita a contagem de votos, **Lista A**, apresentada por PS, com quatro votos, **Lista B**, lista conjunta, com nove votos e dois votos em branco. Seguidamente informou que a **Lista B** elege dois membros (**Rui Miguel Tavares Nobre Franco e Paulo Jorge Ramos Ferreira**) como efetivos e a **Lista A** elege um membro (**Ângelo João Guarda Verdades de Sá**), como suplente. -----

PONTO TRÊS PONTO TREZE: Eleição de um Presidente de Freguesia para constituir a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios-----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** pediu que fossem distribuídos os boletins de voto. Após votação por escrutínio secreto e feita a contagem de votos foi eleito o Senhor **João António Ameixa Morgado** (Presidente da Junta de Freguesia da Orada), com **dezasseis votos a favor, um voto** no senhor Paulo Jorge Panasco Aires (presidente da Junta de Freguesia de São Bartolomeu) e **dois votos em branco**. -----

De seguida informou que iriam ser lidas em voz alta e votadas, as onze minutas dos pontos da ordem de trabalhos. As minutas foram aprovadas por unanimidade. -----

Por sugestão, de alguns deputados e do senhor presidente da Assembleia, a documentação referente à ordem de trabalho, das diferentes sessões da Assembleia Municipal, passa a ser enviada por email e não em formato de papel, exceto para o senhor deputado Ângelo João Guarda Verdades de Sá, e quando algum outro deputado o solicitar. Por não haver mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão. -----



O Presidente da Assembleia Municipal

Luiz Manuel dos Santos Bimbo

O Primeiro Secretário

Ricardo Jorge Brinquete Lapão

O Segundo Secretário

Célia Maria Matos Alpalhão